
SER Social

ALIMENTAÇÃO,
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

A categoria projeto profissional no Serviço Social do século XXI

The professional project category in the Social Work
century XXI / La categoría profesional de proyectos
en el Servicio Social del siglo XXI

Iolani Soares da Silva¹

Resumo: o estudo se propõe a apresentar os fundamentos teórico-metodológicos do projeto profissional do serviço social, explorando sua dimensão política a partir das contribuições teóricas de György Lukács, Sergio Lessa e José Paulo Netto. Resultou de uma pesquisa bibliográfica e de análise da produção intelectual contemporânea dos anos 1990, época em que se consolida o chamado projeto ético-político do Serviço Social. Para entendimento da categoria projeto, contamos com a teoria lukácsiana da ontologia do ser social, inteligível nas contribuições teóricas de Lessa e Gilmaisa Costa. E para o projeto profissional do Serviço Social, da produção contemporânea de José Paulo Netto. De acordo com Lukács, os projetos são intrínsecos à vida humana e têm um papel fundamental

1 Assistente Social, mestre em Serviço Social, INSS/GEX Recife. E-mail: iolanisoares@gmail.com.

nos processos de construção da vida em sociedade. Assumem tipologias diferentes, segundo suas particularidades. Podem ser individuais ou coletivos e, nestes, profissionais. Mas, todos eles, na sua essência, têm uma dimensão ético-política.

Palavras-chave: projeto profissional; dimensão ético-política; direção social estratégica; valoração ética.

Abstract: The study aims to present the theoretical and methodological foundations of the professional project of social work, exploring its political dimension based on the theoretical contributions of György Lukács, Sergio Lessa and José Paulo Netto. It resulted from a bibliographical research and analysis of the contemporary intellectual production of the 1990s, a time when the so-called Social Service's ethical-political project was consolidated. To understand the project category, we rely on the Lukácsian theory of the ontology of the social being, intelligible in the theoretical contributions of Lessa and Gilmaisa Costa. And for the professional project of Social Work, of contemporary production by José Paulo Netto. According to Lukács, projects are intrinsic to human life and have a fundamental role in the processes of building life in society. They assume different types, according to their particularities. They can be individual or collective and, in these, professionals. But, all of them, in essence, have an ethical-political dimension.

Keywords: professional project; ethical-political dimension; strategic social direction; ethical valuation.

Resumen: el estudio tiene como objetivo presentar los fundamentos teóricos y metodológicos del proyecto profesional de trabajo social, explorando su dimensión política basada en las contribuciones teóricas de György Lukács, Sergio Lessa y José Paulo Netto. Resultó de una investigación bibliográfica y un análisis de la producción intelectual contemporánea de la década de 1990, una época en la que se consolidó el proyecto ético-político del llamado Servicio Social. Para entender la categoría del proyecto, confiamos en la teoría lukácsiana de la ontología del ser social, inteligible en las contribuciones teóricas de Lessa y Gilmaisa Costa. Y para el proyecto profesional de Trabajo Social, de producción contemporánea de José Paulo Netto. Según Lukács, los proyectos son intrínsecos a la vida humana y tienen un papel fundamental en los procesos de construcción de vida en la sociedad. Asumen diferentes tipos, según sus particularidades. Pueden ser individuales o colectivos y, en estos, profesionales. Pero todos ellos, en esencia, tienen una dimensión ético-política.

Palabras clave: proyecto profesional; dimensión ético-política; dirección social estratégica; valoración ética.

Introdução

O artigo se propõe trazer à reflexão os fundamentos teórico-metodológicos do projeto profissional do Serviço Social do século XXI. Encontra na teoria lukacsiana sobre a ontologia do ser social os conceitos de ideação e objetivação que definem a categoria projeto. Tratando-se de um estudo de natureza teórica e bibliográfica, utiliza-se das produções intelectuais de Sergio Lessa e José Paulo Netto, contemporâneas à época da construção do projeto profissional do Serviço Social. Entende que a perspectiva histórica dialética das relações sociais é a única capaz de compreender a realidade e, conseqüentemente, o projeto profissional do Serviço Social. Este traz consigo as determinações históricas e, por isso mesmo, não pode prescindir da valoração ética e política.

Para o estudo, originário da minha dissertação de mestrado, optamos em apresentá-lo considerando, primeiro, seus pressupostos teórico-metodológicos a partir da ontologia do ser social. Segundo, a tipologia dos projetos na vida humana, que pode ser individual e coletivo e, nestes, estão os profissionais. Terceiro, o conceito de projeto profissional, considerando seus elementos constitutivos. E, por fim, a dimensão política dos projetos profissionais. A conclusão deste artigo traz o entendimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social e de seu ineliminável caráter de classe ao deixar claro seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

A categoria projeto: pressupostos teórico-metodológicos gerais

Para Lukács, o que diferencia o mundo dos homens do mundo da natureza é que todos os atos humanos são, necessariamente, mediados pela consciência. A forma peculiar e real do ser social permite-lhe a reflexão e a apreensão dos processos sociais da realidade que o circundam: a possibilidade de consciência de sua *ontologia* transforma-o em um ser capaz de intervir nas realidades social e natural, de forma a criar sempre o *novo*. É a mediação ineliminável da consciência que promove o salto ontológico da distinção entre as duas esferas, pois “ao contrário da natureza, o ser social, por ser síntese de atos

teleologicamente postos, tem por *médium e órgão da sua continuidade a consciência*, podendo por isso se reconhecer em sua própria história e se elevar ao seu ser-para-si”. (LESSA, 1997, p. 89).

Não sendo um mero epifenômeno no processo de gênese e desenvolvimento do ser social, a consciência desempenha seu papel envolvendo, simultaneamente, dois níveis: o ser em si e o ser para si. Na formação do *ser em si*, o ser social reconhece-se a si próprio como singularidade (com determinações individuais) e, do *ser para si*, percebe-se como constituinte e constitutivo de um gênero (com determinações universais). A consciência das determinações universais e singulares, com todas as possíveis gradações entre a ausência absoluta e a plena presença, para Lessa, “joga um papel nada desprezível na constituição da própria substancialidade social”. (LESSA, 1997, p. 89).

Evidentemente, aqui não é o espaço para discutirmos a questão da ausência/presença da consciência, ou mesmo da relação entre consciência e alienação, já que o nosso objetivo é apenas notar como o *pôr teleológico*, cuja origem está na consciência e é o fundamento de todo *projeto*, orienta as ações humanas.

No *pôr teleológico*, a capacidade peculiarmente humana de antever os resultados de sua ação na consciência é uma dimensão fundamental que sinaliza a diferença entre o mundo dos homens e a esfera da natureza. Isso significa que somente o ser social é capaz de operar abstrações, pois antes mesmo de ver construído o produto (objeto) de seus atos, já o tem idealizado na consciência. Marx, em *O capital*, nos revela:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir os seus favos de cera. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho emerge um resultado já presente no início na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1983, v. I, p. 149-50).

Na teoria lukácsiana, não há ato humano que não seja teleologicamente orientado, isto é, o ser social sempre age tendo uma finalidade a alcançar. Em verdade, *a prévia ideação antecede e dirige a ação humana*. Pela prévia ideação, “as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) *antes* que seja construído na prática (LESSA, 1997, p. 24). Consequentemente, o sujeito tem, sobre os atos que realiza, um *relativo controle* – este controle é relativo e não total porque no processo de objetivação da prévia ideação ou teleologia intercedem outros fatores *objetivos* que não puderam ser previstos pela consciência humana.

Assim sendo, podemos dizer que o *momento do planejamento*, apesar de circunscrito ao âmbito da subjetividade, possui uma existência tão *real* quanto o próprio *objeto* resultante do pôr teleológico constitutivo daquele planejamento. Da íntima interrelação que daí decorre entre objetividade e subjetividade, não se pode deduzir uma relação de identidade entre sujeito e objeto. Conforme Lessa (1997, p. 24):

Entre a consciência que operou a prévia-ideação e o objeto construído se interpõem duas relações fundamentais. A primeira delas é que sem a prévia-ideação esse objeto não poderia existir. (...) A segunda relação é [que] há uma efetiva distinção no plano do ser [entre a prévia-ideação e o objeto].

Noutras palavras, entre o sujeito da ação e o objeto (seu produto) há uma indissociável relação, formando o que chamamos de *unidade*. Esta unidade não se confunde, entretanto, com *identidade* (quando se considera os dois polos da ação humana – teleologia e causalidade posta – como idênticos), mas afirma-se na diversidade. A efetiva distinção no plano do ser significa que tanto o sujeito como o objeto, muito embora unidos, não perdem a sua legalidade próprias – são ontologicamente distintos porque, primeiro, *o projeto originado na consciência circunscreve-se à esfera da subjetividade* e, segundo, *nunca é totalmente consubstancializado na prática*.

Ainda que a teleologia ou a prévia ideação tenha origem na consciência do sujeito, portanto, no plano da subjetividade, não significa que ela deixe de ter uma existência real e que não exerça uma força

material na determinação dos atos sociais. As determinações histórico-sociais concretas sobre ela e o seu papel nos processos de constituição e de desenvolvimento do ser social fazem dela (da teleologia) um “momento real da realidade material”. (LUKÁCS, 1981, p. 23). Isto significa que:

Ao ter início num ato de consciência, a teleologia supõe um autor, uma íntima ligação com a consciência que a origina. Mas isso não reduz a teleologia a simples impulso subjetivo, pois, os atos teleológicos, assim como a consciência que os põem, somente existem no interior do ser social. (COSTA, 1999, p. 20).

São também pelas determinações histórico-sociais concretas que o *projeto*, idealmente construído na mente do sujeito, nunca é, *em absoluto*, concretizado. Ou seja, a prévia ideação (subjetividade), ao ser objetivada ou transformada em um objeto socialmente posto, perde parte de sua originalidade em razão do que Lukács chama de *quantum de casualidade*. Desta forma, são os fatores exógenos à vontade do sujeito que transformam o seu projeto original, idealizado em sua consciência. Lessa afirma que:

O resultado nunca corresponde exatamente à finalidade. Isso tanto porque há um *quantum* de acaso inevitavelmente presente nas objetivações; como também devido ao fato de que, ao se inserir na realidade já existente, o novo objeto desencadeia nexos causais que jamais poderão ser previstos em sua totalidade. Um terceiro fator também atua nesse momento de diferenciação, pelo lado da exteriorização. Como toda objetivação é, na verdade, um conjunto de atos elementares, e como cada ato elementar transforma não apenas o ambiente, mas também o sujeito que o realiza, a individualidade que iniciou o processo de objetivação não é *exatamente* aquela que o termina: novas habilidades e conhecimentos foram adquiridos enquanto o processo era efetivado, e essas novas habilidades e conhecimentos são espontaneamente incorporados à prévia-ideação, adaptando-se às novas circunstâncias. Assim, ao ser finda uma objetivação, não apenas o resultado é distinto em algum grau da finalidade inicial, como também a individualidade e a própria finalidade foram sendo transformadas ao longo do processo, de acordo com

os resultados parciais a cada momento alcançados.
(LESSA, 1996, p. 13).

Na teoria lukacsiana, portanto, não há espaço para uma identidade entre sujeito e objeto por razões, como vimos, *ontológicas*.

Diante disso, resta-nos salientar um outro aspecto imprescindível ao esclarecimento sobre os projetos, qual seja: *a íntima ligação entre a teleologia e a causalidade é revelada pela inter-relação entre dois atos essenciais: a posição dos fins e a busca dos meios*. Noutro sentido, todo projeto, independentemente de qual natureza for, é constituído substancialmente por uma finalidade e um conjunto de meios – conjunto que compõe os mecanismos e/ou os instrumentos identificados pelo sujeito como necessários à consecução do fim de seus atos.

Todo ato humano é, assim, *dirigido* por uma finalidade e a realização dessa finalidade está condicionada à busca dos meios que a ela sejam coerentes. Entre esses dois elementos (meios e fins), presentes em todas as ações do ser social, há uma nítida unidade indissolúvel – não há como pensar um sem o outro.

Entretanto, o fato de a finalidade e os meios estarem articulados, serem *interdependentes* entre si, não significa que outros fatores deixem de interferir no processo de elaboração e execução de um projeto. Isto porque tanto o fim, para o qual se dirige a ação, como os meios, são *social e historicamente determinados*.

Além desses dois atos essenciais – a posição dos fins e a busca dos meios – existem dois outros condicionantes imprescindíveis à objetivação dos projetos: *o conhecimento e o processo de valoração*. Eles influem *decisivamente* em todo pôr teleológico, mas de distintas maneiras. É verdade, que, sem a presença desses condicionantes, o objeto, primeiramente idealizado na consciência, jamais poderia existir, porém sua influência dá-se de diferentes formas – o que não elimina o vínculo que os une.

Em primeiro lugar, a realização de uma determinada finalidade é impensável sem o conhecimento do objeto de intervenção, tanto de seus aspectos singulares como de suas conexões externas. Em segundo

lugar, sempre existe mais de uma possibilidade – isso de acordo com Lukács – para a efetivação dos fins de uma ação, o que permite ao sujeito escolher entre uma delas. A escolha entre possibilidades consiste no que Lukács chama de *processo de valoração*; e é neste processo que os valores, que são social e historicamente determinados, desempenham papel primordial.

Se observarmos bem, veremos que é entre a teleologia e a busca dos meios que se interpõem a necessidade da captura do real e a determinação dos valores sobre as escolhas que serão exigidas durante todo o processo de objetivação do projeto. Como se refere Costa (1999, p. 31-32):

A busca dos meios é o momento do pôr teleológico no qual a consciência toma um impulso em direção ao conhecimento da realidade externa a si mesma. Permite ao pensamento capturar os nexos internos do objeto, suas propriedades essenciais, pelo conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e dos processos cujo movimento pode levar a alcançar o fim posto.

Por conseguinte, para que um projeto transforme-se de *potencialidade* em realidade efetiva, em *objeto socialmente posto*, é imprescindível que o sujeito, autor do projeto, tenha o máximo de conhecimento necessário acerca do objeto que quer transformar, tanto da sua singularidade, como de seus aspectos mais genéricos. De acordo com a perspectiva lukacsiana,

Sem o conhecimento do real, a realização do fim torna-se uma impossibilidade. A condição de realização de um projeto previamente idealizado supõe uma necessária interrelação entre a finalidade e o desenvolvimento da busca dos meios. Para que essa interrelação seja bem sucedida é necessário que o conhecimento do [objeto] tenha atingido um nível adequado. (COSTA, 1999, p. 33-34).

No entanto, não podemos supor que o conhecimento requisitado para a execução do projeto seja um *conhecimento absoluto, perfeito*. Isto porque “o conhecimento necessário no desenvolvimento daquela atividade volta-se para a captura de traços da realidade, objetivamente

fundados, dirigidos para fins imediatos” (COSTA, 1999, p. 34). É possível que o projeto venha a consubstanciar-se na prática sem que o sujeito tenha um domínio reflexivo sobre as propriedades intrínsecas do objeto e de suas conexões com outros complexos sociais. As aproximações, as hipóteses, as abstrações incompletas são, nesses termos, decisivas nos processos de gênese e de objetivação dos projetos do ser social.

A reprodução da realidade na consciência, para Lukács, não pode ser jamais cópia fotográfica, mecanicamente fiel, da realidade. Por isso, há uma nítida distinção no plano do ser entre o reflexo do real (conhecimento), que está no interior da consciência, e o próprio real, objetivamente existente. Segundo este autor:

Nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – em sentido ontológico estrito – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz, tanto menos idêntica a ela. Ao contrário, no plano ontológico o ser social se divide em dois momentos heterogêneos, verdadeiramente opostos: o ser social e o seu reflexo na consciência. Essa dualidade é um fato fundamental do ser social. (COSTA, 1999, p. 38).

Novamente, verificamos na teoria lukacsiana a completa ausência de qualquer identidade entre sujeito e objeto. Também nessa teoria, a consciência coloca-se como um dos fatores determinantes do desenvolvimento do ser social. Porém, seria um equívoco acreditarmos que Lukács deu maior ênfase à esfera da subjetividade na construção dos complexos sociais, pois para ele, tanto a consciência como os fatores objetivos têm uma força material real e, em articulação, constroem o *devoir humano dos homens*. (LESSA, 1995).

Em curtas palavras, segundo Lukács, para a realização de determinada finalidade, posta como prévia ideação, e a busca dos meios a ela coerentes são necessários dois intervenientes: o conhecimento do objeto e de sua legalidade própria e a escolha entre *alternativas*.

Como dissemos em páginas atrás, além da necessidade do conhecimento, também é fator que interfere em todo pôr teleológico o *processo de valoração*. Já que:

No ato de produzir o novo, o homem faz escolhas e essas escolhas resultam de uma decisão frente às possíveis alternativas para cada situação concreta. Por esse meio a consciência pode transformar em ato a potencialidade elaborada como prévia ideação. (COSTA, 1999, p. 39).

Ainda nessa perspectiva, não é porque o processo de valoração implica escolhas do sujeito que as determinações objetivas não se façam presentes. O ato que reúne as alternativas possíveis e as escolhas do sujeito é um resultado da interação entre condições objetivas e subjetivas. A força da objetividade sobre o projeto é inegável: pode ser identificada na necessidade social (solo ontológico da construção dos projetos), no conhecimento acerca do objeto, nas possibilidades de escolhas e nos valores que as legitimam, dentre outros.

Por conseguinte, assim como as escolhas, o valor é uma construção social e histórica, peculiar ao mundo dos homens, e para Lukács tem:

[...] caráter objetivo, está ligado à legalidade imanente dos objetos e dos processos que se estabelecem na práxis do trabalho. Nessa relação todo ato de valorar tem determinações puramente sociais. As escolhas dos indivíduos ou grupos de indivíduos, em última instância, respondem a necessidades sociais ligadas ao campo da reprodução humana. Diante de situações concretas o sujeito toma decisões optando pelas alternativas às quais ele atribui um maior valor. Mas os atos reflexivos da consciência operantes no processo de decisão (certo ou errado, adequado ou inadequado, bom ou mau) são valorações intelectivas, provêm da atividade consciente e não da essência dos objetos naturais. (COSTA, 1999, p. 42).

Por mais que as decisões acerca da finalidade e dos meios de um projeto sejam tomadas pelo sujeito (que pode ser uma ou mais pessoas), elas não são *em absoluto* determinadas pela sua consciência ou sua vontade. Os valores, que orientam e legitimam as escolhas, somente aparentemente se situam no plano singular (subjetivo), pois são construções sociais, próprios da práxis humana. Consequentemente, se as escolhas entre possibilidades de execução de um projeto

são, sempre, orientadas por um ou mais valores, elas (as escolhas) não podem ser meros efeitos de uma vontade individual.

Tipologia dos projetos

Toda ação humana, *seja ela individual ou coletiva*, implica necessariamente a realização de um projeto. Isto significa que os atos humanos são sempre orientados por um fim, envolvendo meios para a sua operacionalização e valores que o legitimam. Precisamos ainda fazer uma ressalva acerca da *razão de existência de um projeto*, pois é a partir dela que melhor construiremos uma tipologia de projetos.

Segundo a concepção materialista da história, as ações do ser social têm como solo fundante as necessidades. Em última instância, a finalidade de um determinado projeto, independentemente de sua natureza (individual ou coletivo), representa uma resposta a uma ou mais *necessidades humanas*.² São elas que exigem uma ação/reação transformadora da realidade pelo ser social; e significam o motor de todo o processo sócio-histórico.

Desse modo, as necessidades individuais (de indivíduos singulares) engendram *projetos individuais*, e as necessidades sociocoletivas (de grupos e classes diversos) requerem a construção de *projetos coletivos* para a sua satisfação.

Todo projeto, coletivo ou individual, carrega um elemento em comum. Primeiramente, são idealizados na consciência dos sujeitos que os constroem, e, portanto, estão no *plano das ideias*. E, todos eles, são *orientados para um fim* ou, em termos mais claros, são construídos para a satisfação de diferentes necessidades.

Por outro lado, o que distingue um projeto individual de um projeto coletivo é, substancialmente, *o alcance desses projetos*. Enquanto o primeiro responde aos interesses do sujeito em sua singularidade, o segundo tem a capacidade de satisfazer as necessidades de um grupo de indivíduos, de classes sociais e, até, do conjunto da sociedade.

2 Compreendemos que as necessidades humanas são intrínsecas a todos os homens e correspondem às condições (objetivas e subjetivas) imprescindíveis a sua sobrevivência pessoal e social, a sua realização e ao seu desenvolvimento no interior da sociedade. Para um melhor aprofundamento sobre o assunto, sugerimos: Heller, 1978.

Não podemos deixar de esclarecer que essas diferenças entre os projetos não anulam a relação que há entre eles. Por isso, seria errôneo considerarmos que as necessidades individuais somente poderiam ser satisfeitas através de projetos individuais, pois não é possível precisarmos uma linha fronteira entre as necessidades individuais e as necessidades sociais e coletivas – e isso decorre da própria essencialidade do ser social que reúne determinações singulares e universais ao mesmo tempo. A articulação existente entre projeto individual e projeto coletivo, portanto, tem como protoforma o próprio *ser social*.

Uma análise mais detalhada acerca das indiscutíveis relações entre as necessidades individuais e sociais ultrapassa os objetivos deste artigo. Interessa-nos, entretanto, compreender os projetos coletivos na sua articulação com a sociedade e o processo de produção e reprodução sociais.

O desenvolvimento do ser social, na teoria lukacsiana, implica um processo de complexificação e diferenciação dos complexos sociais próprios da vida humana, gerando sempre novos e diversificados desafios ao processo de reprodução social em cada momento histórico. Lessa afirma que:

Esse processo de diferenciação intensiva e extensiva não é apenas o resultado do processo do devir-humano dos homens, mas é uma necessidade para a sua continuidade. [Isto é,] o processo de diferenciação, de desenvolvimento dos momentos de não identidade, tem, como fundamento último, uma necessidade em si unitária: a reprodução da vida humana tornada crescentemente social. (LESSA, 1997, p. 69-70).

Tal complexificação dos complexos sociais peculiares ao ser social tem como solo fundante a complexificação das necessidades sociais. Porque o ser social é um ser dinâmico e criativo, está sempre pondo e repondo novas situações históricas que engendram novas necessidades. Por isso mesmo, o ser social “é um ser rico em necessidades e essa riqueza depende principalmente da sua capacidade criativa e crítica, da multiplicidade de possibilidades de criação e transformação existente no meio social. (SILVA, 1995, p. 11).”

Assim, com a complexificação do ser social e de suas necessidades, há uma tendência, determinada historicamente, de multiplicação dos projetos coletivos. Se novas necessidades sociais surgem no processo de evolução (desenvolvimento) do ser social, simultaneamente, são engendradas propostas e projetos que visam atendê-las.

Somente para exemplificarmos, as questões do indígena, do negro e da mulher, num contexto histórico específico, propiciaram a construção de projetos coletivos voltados à realização de ideais e finalidades que se propunham a modificar as relações de etnia, raça e gênero estabelecidas.

Consequentemente, o que peculiariza os projetos coletivos é o seu caráter abrangente, pois retratam as determinações de natureza coletiva (um grupo de indivíduos em relação), porém, se diferenciam por expressar interesses e necessidades diversas. Dentre os tipos de projetos coletivos, temos os projetos societários e profissionais. Segundo José Paulo Netto (1999, p. 94):

Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o *conjunto* da sociedade. Só eles apresentam essa característica; os outros projetos coletivos [...] não têm este nível de abrangência e inclusividade.

Com isso, podemos acrescentar que, entre os projetos coletivos, existe uma escala de abrangência, indo do menos ao mais genérico. Isso significa que determinados projetos, embora coletivos, representam os interesses de um grupo particular e não absorvem a totalidade das demandas sociais.

Em nossa perspectiva, este *caráter parcial*, que alguns projetos coletivos têm, pode assumir duas diferentes facetas: uma positiva e outra negativa. A faceta positiva da parcialidade das ações de um grupo social é revelada quando a defesa da satisfação de necessidades específicas – que estão relacionadas a gênero, raça, etnia, cultura etc. – *não se faz em detrimento dos interesses e valores genéricos dos homens*. A luta por causas particulares, mas sociais, influi direta e indiretamente na dinâmica da sociedade como um todo e, por isso,

possui um vínculo indissociável com a universalidade do ordenamento societário. Daí a substância positiva dos projetos coletivos que se ocupam de temáticas parciais do conjunto plural e diverso da realidade social.

Já a faceta negativa da parcialidade de um dado projeto coletivo corresponde à situação em que a realização dos interesses particulares (privados) de um grupo social *obstaculiza o desenvolvimento do humano-genérico*. Aqui, o caráter parcial do projeto está articulado à posição de classe do grupo social que representa; e é expressão do processo de dominação social, imanente às sociedades capitalistas.

A natureza classista dos projetos coletivos societários é reconhecida por José Paulo Netto quando afirma:

[...] os projetos societários são, simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratando mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias etc.). Por isso mesmo, nos projetos societários (como, aliás, em todo projeto coletivo) há, necessariamente, uma *dimensão política*, envolvendo relações de poder. (NETTO, 1999, p. 94).

O caráter de classe dos projetos societários, entretanto, não pode ser confundido com “a ideia de *um* projeto social popular, que se opõe a *um* projeto dominante” (IAMAMOTO, 1997, p. 127), pois que são várias as propostas e perspectivas situadas no cenário sociopolítico das sociedades. Segundo Netto, o pluralismo de projetos societários é resultante da heterogeneidade de interesses, necessidades e perspectivas no interior das diferentes classes sociais, e depende de um contexto de democracia política para subsistir:

[...] compreende-se sem grandes dificuldades que a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. [...] É apenas quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas elementares (de expressão, de associação, de votar e ser votado etc.) que projetos societários distintos podem se confrontar e disputar a adesão dos membros da sociedade. (NETTO, 1999, p. 94).

É importante ainda reconhecermos, que, os projetos societários, assim como os demais tipos de projetos, são historicamente determinados: “constituem estruturas flexíveis e mutáveis: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas” (NETTO, 1999, p. 94). Mais uma vez, percebemos como a essencialidade do ser social, que é dinâmica e transformadora, determina o rumo dos processos sócio-históricos.

Os condicionantes históricos, de classe e a dimensão política também são encontrados nos projetos profissionais. A diferença entre estes e os projetos societários está, como vimos, no nível de abrangência. Os projetos profissionais voltam-se às demandas das profissões e suas propostas não são macroscópicas (para o conjunto da sociedade), mas visam atender a interesses e necessidades de categorias profissionais, inscritas na divisão sociotécnica do trabalho. O vínculo que há entre eles será explorado na seção dedicada ao estudo sobre a dimensão política do projeto profissional; primeiramente, devemos conhecer as suas especificidades.

Projeto profissional: breves considerações

Na primeira seção deste artigo, desenvolvemos algumas definições com relação à categoria projeto, de acordo com a teoria lukacsiana. Vimos que seus pressupostos substanciais podem ser identificados em dois momentos: *a posição dos fins* e *a busca dos meios*. Entre esses momentos se interpõem diversos fatores que determinam a direção da realização de um projeto, dos quais os principais são *o conhecimento* e *o processo de valoração*. Sendo assim, são estes elementos que devem ser considerados na explicitação das especificidades dos projetos profissionais.

A partir da ontologia lukacsiana, portanto, podemos entender que os projetos profissionais, assim como os demais tipos de projetos, articulam meios e finalidades. Essa articulação entre meios e fins nos projetos profissionais só pode ser entendida como produto das determinações das necessidades e demandas sociais.

A posição dos fins nos projetos profissionais, a nosso ver, não pode ser desvinculada da inserção das profissões na divisão

sociotécnica do trabalho. Isto porque, enquanto complexos sociais, as profissões desempenham funções sociais específicas no processo de produção e reprodução social.

Ainda segundo Lukács, para cada fim se requer a escolha de meios coerentes a sua realização. Também nas profissões, o alcance de suas finalidades está condicionado à seleção de instrumentos e mecanismos que se coloquem como meios de concretização de seus fins. Esta seleção, como vimos, é determinada, em parte, pelo conhecimento que se tem acerca da realidade e, também, pelos valores, que são sociais. Por isso mesmo, o processo de construção dos projetos profissionais é impensável como produto de atos singulares. Além disso, esse processo exige e requer a presença de um *sujeito coletivo*. Conforme Netto,

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de *campo*, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (organização que envolve os profissionais em atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional. (NETTO, 1999, p. 95).

Os projetos profissionais desempenham uma função social específica no processo de constituição e legitimação das profissões diante do conjunto da sociedade, pois:

[...] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, públicas e privadas. (NETTO, 1999, p. 95).

O processo de construção de um projeto profissional não está isento de conflitos e tensões. A heterogeneidade e a pluralidade de

perspectivas e interesses entre os profissionais e demais intervenientes da profissão fazem com que não exista um único, mas uma diversidade de projetos diferentes. Eles se interrelacionam num âmbito de lutas pela hegemonia. Esse confronto atravessa o projeto profissional como um todo, isto é, as tensões e conflitos estão sempre presentes nos processos de discussão sobre as *questões teórico-metodológicas, técnico-operativas* e a *avaliação ética*.

É impossível, portanto, imaginar um único projeto profissional para cada profissão. Se a categoria profissional é composta de singularidades diversas, com perspectivas e expectativas diferenciadas no que se refere à profissão e ao seu papel social, é correto afirmar que existirão inúmeras propostas e projetos profissionais disputando a hegemonia. Um projeto profissional tornar-se-á hegemônico à medida que conquista a adesão e o consentimento de muitos profissionais e a direção dos debates teórico-metodológico e ético-político da profissão, o que não anula a existência de outros projetos que ao hegemônico se contrapõem – podendo, inclusive, um deles ser majoritário no interior da categoria profissional e/ou contraditório ao projeto profissional hegemônico.

Além do pluralismo que dinamiza a construção dos projetos profissionais, devemos lembrar que todo projeto é histórico: é expressão do movimento da realidade particular e universal na qual se insere. Nas palavras de Netto:

Os projetos profissionais também são *estruturas dinâmicas*, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria. Em face de tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. (NETTO, 1999, p. 95-96).

Sendo assim, os projetos coletivos têm uma dimensão política, fruto de relações sociais contemporâneas ao capitalismo. Como, então, essa dimensão política se expressa nos projetos profissionais? É sobre esta questão que daremos ênfase na seção subsequente.

A dimensão política dos projetos profissionais

Considerando que a protoforma, isto é, o impulso primário e real, da elaboração de todo projeto é a necessidade social, a compreensão da construção e da funcionalidade dos projetos profissionais passa pela capacidade intelectual de vinculá-los ao movimento sócio-histórico das sociedades e de suas relações. E assim sendo, *a dimensão política do projeto profissional não pode ser mero produto e/ou expressão de ações e vontades individuais* (de profissionais singulares) no exercício de suas atividades.

Por esta razão, tentaremos abordar a dimensão política do projeto profissional a partir da relação que possui com os projetos societários.

A construção de um projeto profissional envolve, como nos referimos anteriormente, a articulação de meios e fins, na particularidade da profissão perante as requisições do mercado de trabalho. Entretanto, essas requisições têm como solo fundante a dinâmica da sociedade, as suas relações sociais. Numa sociedade capitalista, a dinâmica que a particulariza gera necessidades sociais bastante contraditórias, e essa *contradição* é decisiva no processo de inserção das profissões no mercado de trabalho: o conjunto de demandas e respostas profissionais são condicionadas, em última instância, pelas contradições sociais.

Falar de contradições sociais do mundo capitalista significa mencionarmos as relações sociais como *relações entre classes* de interesses antagônicos e opostos que, historicamente, configuram uma realidade de conflitos, sendo necessário para contê-los o desenvolvimento de mecanismos econômicos e extraeconômicos, cuja função primordial é administrar aquelas contradições sociais.

Muitas das profissões encontram-se no cerne dos conflitos e das contradições entre as classes: inserem-se nos processos de gerenciamento das ações que cuidam da administração desses conflitos e contradições. São, por isso, levadas a responder tanto às necessidades estritamente profissionais (a formação profissional, o arsenal técnico-operativo, por exemplo) como aos interesses e às reivindicações das classes. Isso acontece porque “as alternativas profissionais não são

gestadas exclusivamente no campo intraprofissional, pois elas estão intimamente articuladas e dependentes do processo histórico de nossas sociedades”. (IAMAMOTO, 1997, p. 126).

Segundo Netto (1999), os projetos profissionais são simultaneamente projetos de classe. Por esta razão, as profissões, independentemente do vínculo (direto ou indireto) que possuem com o processo de gerenciamento e/ou administração da questão social, respondem em algum grau a interesses e necessidades de classe. Exatamente porque a divisão social e técnica do trabalho visa atender às necessidades sociais específicas da sociedade capitalista, as profissões desempenham funções voltadas à garantia do processo de produção e reprodução da ordem social vigente – e essa ordem social expressa, nada menos, que as determinações das classes.

Por conseguinte, os projetos profissionais não se limitam à organização e à regulamentação da prática profissional segundo as requisições institucionais e sociais, mas *as propostas e os valores que articulam refratam interesses e necessidades da sociedade e, portanto, das classes*. É aqui que acreditamos poder situar a dimensão política dos projetos profissionais. Iamamoto, no clássico livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, já afirmava:

Parece-me que aí está o cerne do debate sobre a dimensão política da prática profissional: *a relação da profissão com o poder de classe*. Decifrá-lo implica decifrar a complexa rede de relações de poder que hoje conforma a realidade brasileira, tanto aquelas que se articulam em torno do bloco no poder como aquelas que estão articuladas em torno das alianças das classes subalternas hegemônicas pela classe operária. (IAMAMOTO, 1997, p. 122).

Nesse sentido, *os interesses profissionais, que orientam a constituição e a afirmação do projeto profissional, também manifestam interesses políticos oriundos da estrutura de classes das sociedades capitalistas*. Por isso mesmo, a construção dos projetos profissionais caminha paralela à defesa de um determinado projeto societário: vinculada à imagem de uma profissão há sempre uma imagem de sociedade.

Considerando que os interesses políticos no interior de uma sociedade capitalista são, necessariamente, contraditórios, o sujeito coletivo de uma dada profissão é compelido a fazer escolhas. Evidentemente, as opções (escolhas) políticas do sujeito coletivo não são resultantes unicamente de sua vontade – somam-se a ela, as determinações histórico-sociais e políticas. Assim, por mais que a dimensão política das escolhas dos profissionais seja negada, através do falso discurso da neutralidade, ela sempre se fará presente.

Por conseguinte, a dimensão política do projeto profissional relaciona-se com a sua inserção no *processo de defesa de interesses, necessidades e valores de classe*. A contradição no interior desse processo permite o seu desenvolvimento em diferentes direções: marcadas pela perspectiva conservadora e pela da transformação.

Somente para exemplificar, alguns projetos profissionais trazem em sua estrutura a opção por princípios que valorizam a livre iniciativa do mercado, como a competitividade, o dinamismo, a flexibilização, dentre outros. Não é muito difícil reconhecermos que o projeto societário intrínseco a esses projetos profissionais tem um caráter conservador no que se refere à relação entre as classes, pois mesmo propondo mudanças, essas mudanças não atingem o núcleo do sistema de dominação e exploração sociais. Na verdade, privilegiam-se os interesses e as necessidades da classe dominante.

Por outro lado, existem projetos profissionais que se comprometem com a defesa e a luta pela democratização da vida social, atribuindo a si próprios um caráter crítico frente as mudanças ocorridas nos espaços da produção e do político, e contrapondo-se à manutenção da ordem social estabelecida, às situações de dominação e opressão entre as classes. Tais projetos se orientam segundo a perspectiva transformadora: aliam-se à luta pela satisfação dos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Nem sempre, entretanto, a dimensão política dos projetos profissionais é assumida (explícita) nas propostas e perspectivas da categoria profissional, configurando uma postura conservadora diante dos processos sociais vigentes.

Os projetos profissionais têm, igualmente, inelimináveis *dimensões políticas*, seja num sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja num sentido restrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Mas nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando elas apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. (NETTO, 1999, p. 96).

A negação da dimensão política dos projetos profissionais, de seu vínculo com os interesses políticos de determinada classe, está conectada aos pressupostos da neutralidade e da imparcialidade, próprios do conservadorismo. Não é impossível encontrar, nos tempos atuais, profissões que defendem uma postura neutra e imparcial diante das questões sócio-políticas da realidade, adotando um discurso preocupado com a eficiência e a eficácia de suas ações e com as tendências do mercado. Muito embora neguem a dimensão política de seus projetos, ela está implícita, exercem força material sobre suas práticas e, conseqüentemente, guiam-se pela perspectiva conservadora, isto é, pela manutenção do status quo – *das relações sociais* tal como estão estabelecidas.

Num movimento contrário a este, o Serviço Social orienta-se por uma direção social estratégica, que deixa explícito seu compromisso com a construção de *novas relações sociais*, baseadas num ordenamento societário sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

Conclusões

Na teoria lukacsiana, os projetos são próprios da vida humana e se constituem, necessariamente, a partir do conhecimento da realidade e do processo de valoração. Independentemente de sua abrangência, individual ou coletiva, expressam ontologicamente um momento de ideação e objetivação, segundo determinações históricas e sociais. Lessa (1996) nos acrescenta que o resultado da prática é idealizado (projetado na consciência) antes de existir

objetivamente. E isso ocorre apenas nas práticas entre os homens, sendo sua ontologia de ser.

Essa teoria nos permite entender não só como se relacionam os indivíduos, em sua particularidade, mas, sobretudo como os seres humanos, individual, profissional ou socialmente, são capazes de construir um novo devir humano, como diz Lessa (1995), uma nova realidade, um novo ordenamento societário.

Em sendo assim, o entendimento do projeto profissional do Serviço Social torna-se elucidativo quando reconhecemos que sua ideação faz parte de um processo social que envolve sucessivas aproximações teóricas (conhecimento) acerca da realidade, a participação de diferentes sujeitos coletivos e uma dimensão expressamente ético-política (um processo de valoração, segundo a teoria lukacsiana).

À luz das contribuições teóricas de Lukács e Lessa, portanto, podemos considerar que o projeto ético-político do Serviço Social tem uma finalidade com rebatimentos políticos, com inegável compromisso com os valores humanos genéricos e com a luta da classe trabalhadora. Expressa ainda as determinações histórico-sociais, bem como as escolhas éticas de um grupo profissional engajado com o processo de renovação e conciliação com o tempo e a história presentes, no qual se torna imprescindível a constituição de sujeitos políticos coletivos.

Aceito para publicação em 03/08/2020.

Referências

COSTA, G. M. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. Tese de Mestrado, UFPE, 1999.

HELLER, A. **La teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones 62, 1978. Disponível em: <<http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Heller,%20Agnes/Heller,%20Agnes%20-%20Teoria%20de%20las%20necesidades%20en%20Marx.pdf>>. Acesso em: 25/02/2019.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. SP: Cortez, 1997.

LESSA, S. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: Edufal, 1995.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, n. 52, 1996.

LESSA, S. **A ontologia de Lukács**. Maceió: Edufal, 1997.

LUKÁCS, G. **Il lavoro**. Per una ontologia dell'Essere Sociale, v. II, I, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981.

MARX, K. **O capital**. V. I, Abril Cultural, SP, 1983.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD (Unb), 1999.

SILVA, G. M. T. **Necessidade e participação social sob a determinação da política**. Tese de Mestrado. Recife: UFPE, 1995.